

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ANÁLISE DA INTRODUÇÃO DO PAPEL-MOEDA NO
BRASIL AO LONGO DA PRIMEIRA METADE DO
SÉCULO XIX**

LEONARDO TRAVASSOS FERREIRA DA SILVA
matrícula nº: 115040854

ORIENTADOR: Prof. Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima

DEZEMBRO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ANÁLISE DA INTRODUÇÃO DO PAPEL-MOEDA NO
BRASIL AO LONGO DA PRIMEIRA METADE DO
SÉCULO XIX**

LEONARDO TRAVASSOS FERREIRA DA SILVA
matrícula nº: 115040854

ORIENTADOR: Prof. Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima

DEZEMBRO 2018

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família por todo apoio que me deram ao longo desses anos de estudo.

Agradeço também aos meus colegas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estiveram ao meu lado enfrentando os desafios do dia-a-dia acadêmico (quase) sempre com bom humor.

Por fim, agradeço ao Prof. Fernando Carlos pela sua indispensável ajuda na orientação deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, com base nas correntes papalista e metalista brasileiras, a introdução do papel-moeda na economia do Brasil e seus efeitos ocorridos ao longo da primeira metade do século XIX para tentar determinar se o papel-moeda teria sido bem aceito pelos agentes econômicos da época. Busca-se apresentar as correntes mencionadas, mostrando suas origens e explicitando os pontos mais relevantes de cada uma, e apresentar alguns fenômenos ocorridos durante a primeira metade do século XIX que, ao serem analisados sob a ótica papalista, fortalecem a ideia de que o papel-moeda teria sido bem aceito e que, por outro lado, sob a ótica metalista, permitem inferir que o papel-moeda não teria sido bem aceito. Por fim, chega-se a conclusão de que, dependendo de quais fatos estão sendo analisados e quais correntes e princípios estão sendo utilizadas para essas análises, é possível chegar a respostas conflitantes quanto à aceitação do papel-moeda no Brasil durante a primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: papel-moeda, Brasil, papelistas, metalistas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – O DEBATE ENTRE PAPELISTAS E METALISTAS BRASILEIROS	9
I.1 – Raízes teóricas do debate.....	9
I.2 – Os Metalistas	10
I.3 – Os Papelistas.....	11
I.4 – Particularidades do debate no Brasil	12
I.5 – Possíveis interpretações sobre a introdução do papel-moeda no Brasil	13
CAPÍTULO II – ANÁLISE DOS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DO PAPEL-MOEDA: ÓTICA PAPELISTA	14
II.1 – Aumento da oferta de moeda via emissão de papel-moeda	14
II.2 – Participação do papel-moeda na cesta de moedas em circulação	16
II.3 – Manutenção do uso de papel-moeda após o fim do 1º Banco do Brasil	18
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DO PAPEL- MOEDA: ÓTICA METALISTA	21
III.1 – Perda do valor do mil-réis.....	21
III.2 – Valorização e fuga dos metais preciosos	23
III.3 – Mobilização política objetivando o retorno do padrão-ouro	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Emissão de papel-moeda pelo 1º Banco do Brasil (1810 – 1829)	14
Tabela 2: Indicadores de Atividade do 1º Banco do Brasil (1809 – 1829)	15
Tabela 3: Cunhagem de moeda metálica (ouro, prata e cobre) por ano e montante anual total de papel-moeda em circulação (1809 – 1835).....	17
Tabela 4: Evolução dos preços médios de uma cesta de produtos brasileiros (1810 – 1835).	21
Tabela 5: Valores extremos da taxa de câmbio entre mil-réis e libras esterlinas (1810 – 1835)	22
Tabela 6: Ágio (%) máximo e mínimo dos metais preciosos (1821 – 1835).....	24

INTRODUÇÃO

A primeira metade do século XIX é marcada por uma série de eventos e transformações políticas e econômicas no Brasil. A começar pela vinda da família real de Portugal e, conseqüentemente, boa parte da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, passando pela elevação da colônia ao status de Reino Unido a Portugal, até a proclamação da Independência e fundação do Império do Brasil por D. Pedro I, em 1822, sua posterior abdicação, em 1831, sendo seguido pela Regência até finalmente, em 1840, ocorrer a “declaração de maioridade”, que permitiu a D. Pedro II se tornar o novo Imperador. No meio de todas essas mudanças e acontecimentos marcantes, um fato fundamental para a história econômica brasileira merece certo destaque: a introdução do papel-moeda na economia brasileira após a fundação do 1º Banco do Brasil, através de decreto promulgado em 1808.

O 1º Banco do Brasil foi criado para, dentre outras funções, financiar os gastos do Estado brasileiro (Cavalcanti, 1893; Oliveira, 1842; Franco, 1984 [1848]). A melhor maneira desenvolvida para alcançar esse objetivo foi passar a emitir notas lastreadas em reservas metálicas que serviriam como moeda para as transações comerciais. Esse mecanismo, na escala proposta, era até então inédito no Brasil. Entretanto, havia um porém: como as reservas metálicas brasileiras eram reduzidas e como havia uma imensa pressão política por parte do Estado, que precisava se financiar (Franco, 1979), o 1º Banco do Brasil passou a emitir notas em quantidades que não correspondiam às reservas que as lastreavam, configurando, portanto, um verdadeiro lastro “flexível”, ou seja, um lastro que não se limitava às reservas de ouro e prata da instituição.

Tendo em vista esse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a introdução do papel-moeda e seus efeitos sobre a economia brasileira durante a primeira metade do século XIX, buscando responder a seguinte questão: é possível afirmar que houve aceitação desse novo tipo de meio circulante por parte dos agentes econômicos da época?

Para responder essa questão, será explorado, no primeiro capítulo deste trabalho, o debate que existiu no cenário político brasileiro em meados do século XIX entre os ditos metalistas e papelistas, buscando apresentar as origens teóricas de cada grupo e o que era defendido por cada um, principalmente em relação à conversibilidade do papel-moeda e o tipo de lastro que deveria ser usado, destacando as questões da preservação do valor da moeda e da responsabilidade pela emissão de meio circulante.

Dessa forma, será proposto que, com base nas posições de cada grupo, seria possível interpretar que enquanto os papelistas acreditavam que a emissão de papel-moeda, especialmente com um lastro mais “flexível”, era algo que seria bem aceito e que, portanto, deveria ser buscado, os metalistas, por sua vez, acreditavam no contrário, ou seja, que o papel-moeda sem um lastro restrito ao ouro causaria distorções e não seria bem aceito. A análise desse debate é importante, pois será baseado nas posições defendidas por cada grupo e na relação de tais posições com os efeitos observados pela introdução do papel-moeda na economia brasileira que será possível inferir se o papel-moeda, após sua introdução, foi bem aceito ou não.

Em seguida, o segundo capítulo buscará levantar alguns fatos ocorridos após a introdução do papel-moeda (como a expansão da oferta monetária, o aumento da importância relativa do papel-moeda e a manutenção de seu uso) que, ao serem analisados e interpretados com base nos princípios e ideias da corrente teórica papalista, fortaleçam a ideia de que o papel-moeda foi bem aceito pelos agentes econômicos da época.

Após isso, o terceiro capítulo, de forma análoga, porém, antagônica ao segundo, terá o objetivo de apresentar fatos (como a perda de valor da moeda brasileira, a valorização e fuga dos metais e os movimentos políticos a favor do padrão-ouro) que, ao serem analisados com base no arcabouço teórico metalista, fortaleçam a ideia de que o papel-moeda não foi bem aceito pelos agentes. Nas considerações finais apresenta-se um resumo dos principais pontos levantados no trabalho.

Por fim, vale destacar que, para fins deste trabalho, o papel-moeda “ser bem aceito” será definido como os agentes econômicos perceberem as virtudes e qualidades do papel-moeda e ativamente buscarem seu uso.

CAPÍTULO I – O DEBATE ENTRE PAPELISTAS E METALISTAS BRASILEIROS

Para entender os efeitos que a introdução do papel-moeda causou na economia brasileira durante a primeira metade do século XIX é interessante estudar o debate que existiu entre os papelistas e metalistas brasileiros relativos ao assunto em meados do mesmo século. Além disso, esse estudo também pode auxiliar na tarefa de inferir sobre como foi a aceitação desse novo tipo de meio circulante, que é a questão levantada por este trabalho.

Para tanto, é necessário, primeiramente, voltar às raízes desse debate e entender como e de onde surgiram as ideias e princípios defendidos por cada grupo. Antes disso, vale um adendo: apesar da historiografia brasileira atual afirmar que existiram dois grupos que hoje são chamados papelistas e metalistas não é possível afirmar que existiram dois grupos uniformes e distintos (Sáez, 2008). Além disso, tal denominação não era formalmente usada pelos políticos e pensadores brasileiros da época. Entretanto, tal denominação pode ser utilizada porque é possível, baseando-se naquilo que fora dito por esses políticos e pensadores, traçar semelhanças entre os diferentes discursos, possibilitando o agrupamento dos mesmos em um dos dois grupos. Esse mecanismo facilita a identificação dos pontos-chave discutidos e ajuda a caracterizar o debate.

I.1 – Raízes teóricas do debate

Em relação às raízes dos dois grupos, os princípios econômicos que inspiravam os papelistas e os metalistas podem ter suas origens traçadas à Inglaterra do final do século XVIII, na forma do debate entre a *Banking School* e a *Currency School* (Gambi, 2011), também chamadas escola bancária e escola monetária, respectivamente. Explicando brevemente cada uma dessas escolas de pensamento, a escola bancária defendia que notas bancárias só seriam emitidas para efetivar operações de crédito que tinham como contrapartida transações comerciais já realizadas, concluindo, portanto, que seria impossível haver inflação por causa do aumento da emissão dessas notas, pois tal aumento era simplesmente o reflexo do aumento das transações comerciais. Por outro lado, a escola monetária sustentava a ideia de que qualquer expansão monetária, incluindo o aumento da emissão de notas bancárias, geraria inflação.

Como se pode notar, o cerne do debate era o entendimento da dinâmica da inflação e como a emissão de meio circulante afetava a variação do nível geral de preços (Gambi, 2011). Dentro desse debate havia dois pontos principais de conflito entre as escolas: a questão sobre o direito de emissão de moeda e o tipo de conversibilidade da moeda.

O debate sobre o direito de emissão abordava a questão de qual seria a melhor forma de se organizar a emissão de moeda dentro da economia inglesa: se seria melhor existir uma única instituição que deteria o monopólio da emissão ou se seria melhor permitir a pluralidade de emissão; se seria melhor tratar a emissão de moeda como uma responsabilidade do Estado ou se seria melhor permitir a emissão de moeda por instituições bancárias privadas.

Já o debate em torno do tipo de conversibilidade da moeda tinha como foco determinar qual tipo de reserva seria usado como lastro para a moeda. A escola monetária acreditava que a melhor solução seria um lastro integral em ouro, pois ele seria a verdadeira reserva de valor, e, portanto, a melhor reserva para lastrear a moeda e dar a ela a confiança necessária. Por outro lado, a escola bancária acreditava que uma reserva que permitisse um lastro mais “flexível”, que poderia ser composta por ouro e outros metais preciosos, títulos públicos e até ações de companhias abertas, seria o melhor, pois dessa maneira poderia haver a emissão de meio circulante em quantidade e velocidade suficiente para a realização de todas as transações comerciais.

Após essa breve apresentação das raízes dos pensamentos dos papelistas e metalistas brasileiros, inspirados pelas escolas bancária e monetária inglesas, respectivamente, serão em seguida apresentadas as posições defendidas pelos próprios papelistas e metalistas. Esse destaque deve ser feito, pois, por mais que ambos os grupos tenham sido inspirados por suas raízes e contrapartes inglesas, o debate europeu chegava ao Brasil e era “processado” para refletir os problemas e desafios da economia brasileira (Sáez, 2008), ou seja, os papelistas e metalistas não reproduziam acriticamente o debate inglês, mas adaptavam os pontos levantados por lá, como a questão do direito de emissão e o tipo de conversibilidade da moeda, para a realidade brasileira da época.

I.2 – Os Metalistas

Dito isso, o primeiro grupo a ser apresentado são os metalistas. Segundo Gambi (2011), para os metalistas a questão da taxa de câmbio era o ponto focal de preocupação. Por causa disso, eles defendiam a preservação do valor da moeda brasileira, principalmente frente ao ouro, pois dessa forma haveria estabilidade cambial. Isso no contexto da economia

brasileira de meados do século XIX, que era extremamente dependente do comércio exterior (Furtado 2007), explica a maneira quase radical que os metalistas defendiam o lastro exclusivo em ouro do meio circulante. Como consequência disso, os metalistas defendiam que a oferta de metal deveria ser igual à demanda por moeda, o que na situação brasileira era um grande desafio, visto que o Brasil durante boa parte de sua história até o século XIX sofreu com uma crônica falta de metais preciosos, tanto para compor uma reserva a ser lastreada quanto para a própria cunhagem de moedas metálicas (Muller, 2003).

Devido a esse desafio, a manutenção do valor da moeda era, segundo os metalistas, uma tarefa difícil. Para endereçar esse fato, eles defendiam que a oferta de moeda deveria ser determinada e regulada por uma política econômica definida pelo Estado, aceitando intervenções para garantir a manutenção do valor da moeda brasileira (Gambi, 2011). Por exemplo, caso fosse observado um processo inflacionário que causasse a desvalorização da moeda brasileira haveria a necessidade de atuação do Estado para diminuir a oferta monetária, pois, segundo os metalistas, a desvalorização seria um indicador de que haveria um excesso de meio circulante presente na economia brasileira em relação à demanda para a realização das transações. Dessa forma fica demonstrada a importância que a taxa de câmbio tinha para os metalistas, pois seria ela que serviria de indicador da necessidade de intervenção do Estado para a manutenção do valor da moeda brasileira, ou seja, seria a taxa de câmbio a variável de ajuste da oferta monetária.

I.3 – Os Papelistas

Por outro lado, segundo Gambi (2011), os papelistas, em linhas gerais, se preocupavam majoritariamente com o giro dos negócios do mercado interno brasileiro, defendendo que houvesse quantidade suficiente de moeda em circulação para garantir a realização de todas as transações comerciais. Além disso, os papelistas afirmavam que a própria oferta de moeda era consequência da demanda por moeda para a realização dessas transações, o que evidencia as semelhanças com a escola bancária inglesa.

Por isso, os papelistas acreditavam que a emissão de moeda não precisava ser necessariamente lastreada apenas em ouro ou em outros metais preciosos, pois dessa forma haveria flexibilidade suficiente para atender as variações da demanda por meio circulante e garantir a realização das transações comerciais. Esse ponto era especialmente caro aos papelistas, pois, devido à crônica falta de moeda metálica na economia brasileira colonial (Muller, 2003), que se manteve mesmo após a vinda da família real portuguesa, havia o receio

de que sem a quantidade necessária de meio circulante, as transações comerciais, e consequentemente a atividade econômica brasileira, poderiam cessar.

Portanto, para os papelistas o aumento da oferta de moeda, principalmente na forma de emissão de papel-moeda, nunca ocorreria em excesso e consequentemente não causaria a desvalorização da moeda brasileira, pois esse aumento acompanharia o aumento da demanda por moeda. Já para o caso de haver um excesso de demanda por moeda, os papelistas propunham que o mecanismo que permitiria o ajuste e levaria a uma situação de equilíbrio seria a taxa de juros, que nesse caso aumentaria, incentivando o aumento da emissão de meio circulante e suprimindo a demanda em excesso.

Além disso, como a principal preocupação era garantir que a quantidade de moeda era suficiente para a realização de todas as transações, os papelistas também defendiam que a emissão de moeda deveria ser feita por diversas instituições, principalmente bancos privados, pois segundo eles essa forma descentralizada de emissão resultaria numa melhor distribuição da oferta de moeda, o que garantiria que a demanda por moeda dos agentes fosse mais bem atendida.

I.4 – Particularidades do debate no Brasil

Em relação às questões expostas anteriormente sobre o direito de emissão e tipo de conversibilidade, o debate brasileiro entre papelistas e metalistas possuía algumas particularidades em relação ao seu semelhante inglês (Gambi, 2011).

Em relação ao direito de emissão, discutia-se não somente se isto deveria ser responsabilidade do Estado brasileiro ou de bancos privados, mas também se discutia a questão da distribuição de poder econômico dentro do país, pois a pluralidade de emissão admitia um maior poder para as províncias enquanto que a unicidade privilegiava a centralização do poder no Rio de Janeiro, onde estava situada a Corte. Essa discussão é fundamental já que ela ocorreu no momento de formação inicial do Estado brasileiro, influenciando a estrutura que ele adotaria no futuro.

Além disso, em relação à discussão do tipo de conversibilidade, vale destacar que apesar das diferenças entre os dois grupos, ambos papelistas e metalistas concordavam que deveria haver algum lastro para a moeda brasileira e que a mesma fosse conversível em metal, de preferência ouro, quando possível (Franco, 1984). Entretanto, a grande diferença era que os papelistas admitiam um lastro mais flexível, permitindo que a reserva lastreada fosse

composta não apenas por ouro e outros metais, mas também por títulos públicos, algo que era completamente rejeitado pelos metalistas.

Outra particularidade que merece destaque é o alinhamento do foco de preocupação dos dois grupos com os interesses de determinadas classes de capitalistas brasileiros (Fonseca, 2008), visto que o foco na estabilização da taxa de câmbio por parte dos metalistas se alinhava aos interesses das classes de comerciantes exportadores, que eram afetados de maneira mais significativa pelas variações cambiais, ao passo que o foco na garantia de giro para os negócios por parte dos papelistas se alinhava aos interesses das classes de comerciantes que atuavam voltados com maior ênfase ao mercado interno brasileiro, que sofriam mais severamente com a escassez de meio circulante metálico para a realização das transações.

I.5 – Possíveis interpretações sobre a introdução do papel-moeda no Brasil

Por fim, tendo exposto as raízes e posições defendidas por cada um dos grupos, este trabalho propõe a seguinte interpretação: em relação à introdução do papel-moeda na economia brasileira, pode-se admitir que os papelistas eram mais receptivos à ideia, acreditavam que uma maior emissão de papel-moeda era algo benéfico e que os resultados positivos frutos dessa dinâmica poderiam ser sinais de uma aceitação geral do papel-moeda pelos agentes econômicos brasileiros, mesmo que o papel tivesse um lastro menos restrito a metais preciosos; por sua vez, pode-se admitir que os metalistas eram mais céticos quanto aos benefícios desse sistema, temendo os problemas que resultavam dessa dinâmica e apontando para os desequilíbrios resultantes como indicadores de que a emissão de papel-moeda sem um lastro exclusivo em ouro não possuía aceitação tão ampla pelos agentes brasileiros.

Essa interpretação é importante porque nos próximos dois capítulos serão levantados alguns fatos históricos posteriores a introdução do papel-moeda que ao serem analisados sob as óticas de cada um dos grupos permitirão inferir que a primeira experiência com o papel-moeda na economia brasileira foi bem aceita, segundo uma interpretação papelista, e sofreu resistência, segundo uma interpretação metalista.

CAPÍTULO II – ANÁLISE DOS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DO PAPEL-MOEDA: ÓTICA PAPELISTA

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns dos efeitos da introdução do papel-moeda na economia brasileira do início do século XIX que, ao serem analisados sob a ótica papalista, conforme apresentada no capítulo I, permitirão inferir que o papel-moeda foi bem aceito pelos agentes econômicos após sua introdução.

II.1 – Aumento da oferta de moeda via emissão de papel-moeda

Após o início da emissão de papel-moeda através das operações do 1º Banco do Brasil, iniciadas em 1808, foi possível observar um aumento significativo da oferta de meio circulante na economia brasileira, devido principalmente à emissão de papel-moeda. O grande volume de notas emitidas fica evidente ao se analisar as Tabelas 1 e 2 abaixo (Cavalcanti, 1893; Cardoso, 2010, respectivamente).

Tabela 1: Emissão de papel-moeda pelo 1º Banco do Brasil (1810 – 1829)

Ano	Papel-moeda emitido (em contos-de-réis)					Total
	Rio de Janeiro	Bahia	São Paulo	Pernambuco	Minas	
1810	160:000\$	-	-	-	-	160:000\$
1811	100:000\$	-	-	-	-	100:000\$
1812	-	-	-	-	-	-
1813	200:000\$	-	-	-	-	200:000\$
1814	842:500\$	-	-	-	-	842:500\$
1815	157:200\$	-	-	-	-	157:200\$
1816	362:580\$	300:000\$	-	-	-	662:580\$
1817	738:070\$	-	-	-	-	738:070\$
1818	1.032:000\$	-	-	-	-	1.032:000\$
1819	1.746:000\$	790:000\$	150:000\$	-	200:000\$	2.886:000\$
1820	1.448:100\$	-	-	500:000\$	100:000\$	2.048:400\$
1821	846:000\$	-	-	-	90:000\$	936:000\$
1822	1.600:000\$	120:000\$	-	-	-	1.720:000\$
1823	1.200:000\$	-	-	-	-	1.200:000\$
1824	3.000:000\$	-	-	-	-	3.000:000\$
1825	2.000:000\$	280:000\$	50:000\$	-	-	2.330:000\$
1826	1.000:000\$	-	50:000\$	-	-	1.050:000\$
1827	9.404:000\$	-	-	-	-	9.404:000\$
1828	641:000\$	-	50:000\$	-	-	691:000\$
1829	569:000\$	-	-	-	-	569:000\$
Total	27.046:450\$	1.490:000\$	300:000\$	500:000\$	390:000\$	29.726:450\$

Fonte: CAVALCANTI, 1893, pág. 36

Tabela 2: Indicadores de Atividade do 1º Banco do Brasil (1809 – 1829)

Ano	Ações subscr.	Capital acumulado	Dividendos totais	Taxa de remun.	Notas emitidas	Notas destruídas	Notas em circulação
1809	116	116.000\$	—	—	—	—	—
1810	4	120.000\$	1.254\$579	1,03%	160.000\$	—	160.000\$
1811	2	122.000\$	3.755\$568	3,06%	100.000\$	155.800\$	104.200\$
1812	50	172.000\$	5.064\$200	4,06%	—	44.200\$	60.000\$
1813	225	397.000\$	18.048\$542	5,99%	130.000\$	60.000\$	130.000\$
1814	105	502.000\$	43.267\$700	9,67%	912.500\$	—	1.042.500\$
1815	79	581.000\$	74.113\$900	13,71%	157.200\$	—	1.199.700\$
1816	109	690.000\$	120.297\$961	18,96%	662.580\$	—	1.862.280\$
1817	499	1.189.000\$ ^w	153.409\$074	14,88%	738.070\$	—	2.600.350\$
1818	530	1.719.000\$	202.027\$018	12,87%	1.032.000\$	—	3.632.350\$
1819	318	2.037.000\$	208.072\$868	10,76%	2.886.000\$	—	6.518.350\$
1820	178	2.215.000\$	227.139\$274	10,10%	2.048.100\$	—	8.566.450\$
1821	20	2.235.000\$	353.223\$578	15,35%	536.000\$	1.031.530\$	8.070.920\$
1822	13	2.248.000\$	281.891\$819	11,98%	2.100.000\$	1.000.000\$	9.170.920\$
1823	109	2.357.000\$	391.778\$128	16,38%	2.023.400\$	1.200.000\$	9.994.320\$
1824	305	2.662.000\$	424.003\$755	16,31%	2.196.000\$	800.000\$	11.390.920\$
1825	938	3.600.000\$	451.204\$150	12,66%	1.330.000\$	780.000\$	11.940.920\$
1826	—	3.600.000\$	640.029\$087	16,98%	2.870.000\$	1.420.000\$	13.390.920\$
1827	—	3.600.000\$	669.401\$616	17,63%	8.584.000\$	400.000\$	21.574.920\$
1828	—	3.600.000\$	716.206\$206	18,75%	691.000\$	910.000\$	21.355.920\$
1829	—	3.600.000\$	686.493\$395	17,89%	569.000\$	2.750.000\$	19.174.920\$
TOTAL	3.600	3.600.000\$	5.670.686\$418	12,45%	29.726.450\$	10.551.530\$	19.174.920\$

Fonte: CARDOSO, 2010, pág. 185

Pode-se observar que, segundo Cardoso (2010), em 1810, apenas dois anos após a criação do 1º Banco do Brasil, estima-se que já se encontravam em circulação cerca de 160:000\$¹ em notas, ao passo que em 1829, último ano de operação do Banco, o montante das notas em circulação já ultrapassaria a marca de 19.170:000\$, um aumento expressivo de 11.881%. Esse foi o reflexo da emissão total de 29.726:450\$ em papel-moeda no período entre 1810 e 1829, cifra semelhante à apresentada por Cavalcanti (1893). Vale destacar que durante esse período apenas em 1812 não foi registrada a emissão de novo papel-moeda e que

¹ A moeda utilizada no Brasil nessa época era o real. A leitura da notação da moeda é feita da seguinte maneira: \$1 = 1 real; \$2 = 2 réis; 1\$000 = 1 mil-réis; 1:000\$000 = 1 conto-de-réis; 1.000:000\$000 = mil contos-de-réis. Além disso, quando os três números à direita do cifrão são zeros é comum omiti-los (ex.: 1:000\$000 = 1:000\$), como feito na Tabela 1.

a expansão mais significativa em um ano ocorreu em 1827, ano em que foi emitido o montante de 8.584:000\$.

Quase que a totalidade dessa expansão monetária serviu para financiar os gastos do governo, principalmente para viabilizar a instalação e manutenção da Corte com a vinda da família real portuguesa a partir de 1808 (Armitage, 1837). Contudo, percebe-se que o Banco não se limitava apenas ao papel de financiador do governo, mas atuava também, mesmo que timidamente, como um banco comercial emitindo notas para agentes privados, que as utilizavam para a realização de transações comerciais nas principais praças de negócios do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, na Bahia e em São Paulo, e também para o pagamento de impostos (Suzigan e Pelaez, 1981).

Partindo dos pressupostos papelistas apresentados no primeiro capítulo deste trabalho, a emissão de notas para a realização das transações comerciais só ocorreria caso houvesse uma demanda não correspondida por meio circulante. Portanto, pode-se considerar que os montantes expressivos de papel-moeda emitidos durante o período de operação do 1º Banco do Brasil sinalizavam que havia uma demanda significativa por moeda e que essa demanda, que não estava sendo adequadamente suprida pelo sistema baseado em moeda metálica, foi em grande parte suprida pelo papel-moeda. Isso permite concluir que ele estava desempenhando bem sua função de meio de pagamento, indicando que o papel-moeda teria, portanto, sido bem aceito pelos agentes.

II.2 – Participação do papel-moeda na cesta de moedas em circulação

Outro ponto que merece destaque é a evolução da participação do papel-moeda dentro da cesta de moedas em circulação no Brasil durante a primeira metade do século XIX. Essa cesta era composta basicamente por moedas metálicas de ouro, prata e cobre (este para fins de troco) além do próprio papel-moeda. Essa evolução foi caracterizada pelo aumento da proporção referente ao montante de papel-moeda em relação aos outros tipos de meios circulantes. Através dos dados apresentados na Tabela 3 é possível estimar quanto de cada tipo de moeda se encontrava em circulação e demonstrar essa evolução.

Tabela 3: Cunhagem de moeda metálica (ouro, prata e cobre) por ano e montante anual total de papel-moeda em circulação (1809 – 1835)²

Ano	Ouro	Prata	Cobre	Papel-moeda
1809 - 1821	9.161:585\$	13.215:091\$	1.004:589\$	8.070:920\$
1822	145:834\$	429:999\$	270:994\$	9.170:920\$
1823	89:538\$	380:678\$	237:210\$	9.994:320\$
1824	153:538\$	576:000\$	534:225\$	11.390:920\$
1825	84:764\$	632:853\$	534:166\$	11.940:920\$
1826	36:670\$	705:683\$	547:692\$	13.399:920\$
1827	35:160\$	23:342\$	1.390:917\$	21.574:920\$
1828	4:160\$	-	2.640:514\$	21.355:920\$
1829	-	-	3.091:109\$	20.507:430\$
1830	5:872\$	1:341\$	2.878:836\$	20.349:940\$
1831	-	-	977:208\$	-
1832	203:820\$	2:758\$	478:667\$	-
1833	82:941\$	504\$	-	-
1834	76:360\$	6:029\$	-	-
1835	42:540\$	9:771\$	20.000:300\$	30.702:559\$

Fonte: CAVALCANTI, 1893, pág. 321

Como se pode observar, segundo Cavalcanti (1893), entre 1809 até 1821, estima-se que foram cunhadas moedas de ouro num montante equivalente a pouco mais de 9.161 contos-de-réis. De forma similar, estima-se que também foram cunhados cerca de 13.215 contos-de-réis em moedas de prata e 1.004 contos-de-réis em moedas de cobre. Além disso, estima-se que havia em circulação 8.070 contos-de-réis na forma de papel-moeda. Dessa forma, supondo que a maior parte das moedas cunhadas foi posta em circulação, a quantidade total de meio circulante seria de aproximadamente 31.450 contos-de-réis. Portanto, a participação do papel-moeda entre os vários tipos de meios de pagamento circulando seria de 25,7% no período terminado em 1821.

Já entre 1809 e 1835 a distribuição dos meios circulantes, determinada através da soma das quantidades de moeda metálica cunhadas ano a ano, era a seguinte: 10.079 contos-de-réis em ouro; 15.978 em prata; 34.580 em cobre; e por fim 30.702 contos-de-réis em papel-moeda, totalizando um montante de meio circulante de cerca de 91.339 contos-de-réis. Sendo assim chega-se à conclusão de que, ao fim de 1835, a participação do papel-moeda na cesta de meios circulantes havia subido para cerca de 33,6%.

² Os valores referentes aos montantes de papel-moeda em circulação entre os anos 1831 e 1834 estão ausentes porque, segundo Cavalcanti, não existiam dados precisos para o período em questão. Apesar disso o autor destaca que a análise não é prejudicada, pois estão presentes os valores referentes a 1835, possibilitando avaliar a evolução da quantidade de papel-moeda em circulação.

Esse aumento pode ser explicado por diversas razões, das quais se destacam duas. A primeira já foi apresentada na primeira seção desse capítulo, que foi a quantidade expressiva de papel-moeda emitida pelo 1º Banco do Brasil, o que fez com que a oferta de papel-moeda aumentasse mais rapidamente do que a oferta de moeda metálica, que é historicamente pouco elástica (Muller, 2003). Já a segunda razão para o aumento da participação do papel-moeda foi a desaceleração da criação de moedas metálicas (salvo o cobre) graças ao esvaziamento das reservas de metais preciosos do Brasil, causado principalmente pela abertura dos portos e consequente aumento das importações de bens, principalmente europeus, a partir de 1808, e pelo retorno de D. João VI e de boa parte da Corte para Portugal, em 1821 (Oliveira, 1842).

Novamente, analisando-se o fenômeno pela ótica papalista, pode-se chegar à conclusão de que a redução da importância relativa das moedas metálicas, devido ao aumento da escassez de metais preciosos, e o consequente aumento de importância relativa do papel-moeda, que passou a ocupar, ao lado das moedas de cobre, a função de meio circulante mais importante (Cavalcanti, 1893), foram reflexos da tentativa de suprir a demanda por moeda para a realização das transações comerciais internas no Brasil. E como o papel-moeda foi um dos principais instrumentos utilizados para tal, tem-se mais um indicador de que ele teria sido bem aceito pelos agentes econômicos.

II.3 – Manutenção do uso de papel-moeda após o fim do 1º Banco do Brasil

Até aqui esse capítulo se focou em analisar o que ocorreu durante o período de atuação do 1º Banco do Brasil, devido aos impactos significativos que a introdução de papel-moeda realizada pelo Banco trouxe para o país. Entretanto, é importante destacar que o uso do papel-moeda se manteve nos mercados do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, mesmo após 1829, último ano de operação do 1º Banco do Brasil.

Essa manutenção do uso de papel-moeda após o fim do Banco ocorreu de maneiras diferentes. Uma delas foi a manutenção do uso das notas emitidas pelo próprio Banco do Brasil que, mesmo sem a garantia de conversibilidade, devido ao fato das reservas em metal precioso do Banco terem deixado de ser resgatáveis já em 1821, continuaram circulando e servindo para a realização de transações no mercado doméstico brasileiro até pelo menos 1827 (Cavalcanti, 1893). Tal função se manteve inclusive após a liquidação do Banco, em 1829, até o momento em que elas foram retiradas de circulação após a introdução das notas do Tesouro.

Por sua vez, as notas do Tesouro Nacional, que passaram a ser emitidas após 1833 (Franco, 1984 [1848]), também evidenciam o uso continuado de papel-moeda na economia

brasileira durante a primeira metade do século XIX, mesmo com um lastro “flexível”, visto que, segundo Cavalcanti (1893), elas possuíam lastro no crédito público e eram inconversíveis. Tais notas foram introduzidas após a reforma monetária de 1833 que tinha como principais objetivos: garantir que a circulação de papel-moeda pudesse ocorrer em todo o território nacional, ao invés de apenas nas principais praças de comércio; diminuir a confusão e a incerteza causadas pela coexistência de notas de diferentes tipos (notas do Banco do Brasil, do velho padrão monetário e do novo³, cédulas da Bahia para o resgate de moedas de cobre, etc.), substituindo-as por um único papel-moeda oficial e uniforme; e sanar o problema de excesso de moedas de cobre em circulação, que poderiam ser trocadas pelas novas notas do Tesouro. O fenômeno das notas do Tesouro Nacional merece ainda mais atenção pois foi a primeira vez na história brasileira em que o Estado tomou para si a responsabilidade de emissão de papel-moeda fiduciário, excetuando-se o caso excepcional ocorrido em 1827 na Bahia, em que ocorreu emissão de cédulas para substituir as moedas de cobre falsificadas (Lissa, 1987).

Por fim, vale destacar que o surgimento das primeiras instituições bancárias privadas também contribuiu para a manutenção do uso de papel-moeda no Brasil após o fim do 1º Banco do Brasil, na medida em que essas instituições passaram a emitir notas de crédito próprias que serviam como moeda de troca nos mercados regionais em que elas atuavam. Tal fenômeno decorreu do fato de que, após a extinção do 1º Banco do Brasil, quase que a totalidade da oferta de crédito no país passou a ser feita através de instituições privadas (Muller, 2003), como as casas comerciais, que atuavam principalmente no financiamento de atividades comerciais exportadoras. Com o passar do tempo essa atividade foi ficando mais sofisticada, o que resultou no surgimento das instituições bancárias. Destacam-se entre essas instituições bancárias privadas a Companhia Comercial do Rio de Janeiro, fundada em 1838, e as Companhias Comerciais do Maranhão, do Pará, da Bahia e de Pernambuco, fundadas ao longo da década de 1840.

O impacto que a introdução do papel-moeda teve na economia brasileira é evidente na medida em que, como observado nessa seção, mesmo depois que os mecanismos que garantiam a conversibilidade do papel-moeda deixaram de existir (ex.: suspensão dos pagamentos e conversões do 1º Banco do Brasil, em 1821, e sua conseqüente liquidação, em 1829), o papel-moeda continuou sendo utilizado como meio de pagamento, de maneira até

³ A reforma monetária de 1833 estabeleceu um novo padrão metálico em que uma oitava de ouro passaria a valer 2\$500, em contraste com o padrão anterior, que estabelecia que uma oitava de ouro, em peças portuguesas, equivalia a 1\$600 e que a mesma oitava de ouro, mas em peças provinciais, valia 1\$777 (Cavalcanti, 1893).

bem difundida e de várias formas diferentes. Além disso, o esforço do Império em criar notas que poderiam ser aceitas em todo o país e o surgimento de instituições privadas de emissão em várias províncias brasileiras, que a partir de 1836 fizeram com que o país experimentasse praticamente um regime de pluralidade de emissão (Gambi, 2011), podem ser interpretados como respostas à falta de capilaridade que o sistema baseado em meio circulante metálico possuía.

Sob a ótica papelista, isso tudo indicaria que o papel-moeda estava exercendo de maneira satisfatória a função de meio de pagamento, substituindo as moedas metálicas nessa função, e que também estava solucionando o problema da falta de capilaridade do sistema, através da difusão do meio circulante pelo território e da descentralização da responsabilidade de sua emissão. Dessa forma, e como defendido ao longo deste capítulo, tais fatos reforçam a ideia de que o papel-moeda estaria sendo bem aceito pelos agentes econômicos atuantes no Brasil ao longo da primeira metade do século XIX.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DO PAPEL-MOEDA: ÓTICA METALISTA

De maneira similar, porém, antagônica ao capítulo II, este capítulo tem como objetivo apresentar alguns fenômenos experimentados pela economia brasileira durante a primeira metade do século XIX decorrentes da introdução do papel-moeda que, ao serem analisados com base nos pressupostos teóricos metalistas, já apresentados no capítulo I, permitem inferir que o papel-moeda sofreu resistência em relação a sua utilização, ou seja, não foi bem aceito pelos agentes econômicos.

III.1 – Perda do valor do mil-réis

Um dos fenômenos que pode ser observado na economia brasileira da primeira metade do século XIX foi a aparente perda de valor do mil-réis. Essa perda de valor, por sua vez, pode ser demonstrada ao se analisar a perda do poder de compra e a desvalorização cambial da moeda brasileira, especialmente frente à moeda britânica.

Em relação ao seu poder de compra, conforme é possível observar na Tabela 4, a moeda brasileira sofreu uma significativa perda em seu poder de compra.

Tabela 4: Evolução dos preços médios de uma cesta de produtos brasileiros (1810 – 1835)⁴

Ano	Preço Médio (mil-réis)							
	Açúcar Branco	Açúcar Mascavo	Café	Aguardente	Algodão	Arroz	Couro	Fumo
1810	1\$568	\$900	2\$950	-	-	-	-	-
1815	3\$050	2\$050	2\$526	-	-	-	-	-
1820	2\$246	1\$171	5\$485	-	-	-	-	-
1825	2\$380	1\$677	3\$450	36\$000	6\$257	6\$287	\$160	3\$800
1830	3\$533	2\$240	3\$550	74\$750	6\$500	8\$750	\$214	5\$250
1835	2\$450	1\$850	3\$560	48\$666	6\$500	7\$625	\$155	6\$200
Variação	56,3%	105,6%	20,7%	35,2%	3,9%	21,3%	-3,1%	63,2%

Fonte: CAVALCANTI, 1893, pág. 319

Como essa cesta é composta pelos principais bens de consumo que eram produzidos e comercializados no país naquela época (Cavalcanti, 1893) é possível extrapolar o resultado observado em relação à perda do poder de compra da moeda brasileira, nesse caso específico, para a perda de poder de compra em nível geral na economia brasileira. A partir disso, e através da média simples das variações de preços observadas nessa cesta de produtos, é possível criar um indicador que explicita a perda do poder de compra do mil-réis. A partir

⁴ Preços referentes a uma arroba nos casos de açúcar (branco e mascavo), café, algodão, arroz e fumo; uma pipa no caso de aguardente; uma libra no caso de couro.

disso pode-se chegar à conclusão de que, em relação ao período de 1810 a 1835, a moeda brasileira sofreu uma perda do seu poder de compra de aproximadamente 38%.

Já em relação ao câmbio, como pode ser observado na tabela 5 a seguir, a moeda brasileira sofreu uma desvalorização significativa frente à libra esterlina no mesmo período de 1810 a 1835.

Tabela 5: Valores extremos da taxa de câmbio entre mil-réis e libras esterlinas (1810 – 1835)

Ano	Taxas de Câmbio (= 1\$000)	
	Máxima	Mínima
1810	74,5	71,5
1815	77,0	71,5
1820	60,0	54,0
1825	56,5	47,0
1830	24,8	21,5
1835	41,5	37,0

Fonte: CAVALCANTI, 1893, pag. 319

Como se pode notar, através das informações apresentadas por Cavalcanti (1893), ao comparar o valor máximo registrado em 1810 contra o valor mínimo de 1835 a moeda brasileira chegou a sofrer uma desvalorização de cerca de 50,3% frente à moeda britânica. Se forem comparados os valores máximo e mínimo registrados na série (ocorridos em 1815 e 1830, respectivamente), observa-se que em determinado momento a desvalorização chegou à casa dos 72,1%.

Esses dois fenômenos apresentados aqui ilustram o derretimento do valor da moeda brasileira ao longo de boa parte da primeira metade do século XIX. Ao se analisar esse fenômeno sob a ótica da corrente metalista, conforme apresentada no capítulo I deste trabalho, é possível interpretar que o fato dessa perda de valor ter ocorrido concomitantemente à introdução do papel-moeda na economia brasileira indica que foi a expansão excessiva da oferta de moeda, permitida pela facilidade de emissão do papel-moeda devido ao seu lastro “flexível”, que causou essa perda significativa de valor. A relação entre a perda de valor e a expansão monetária devido ao papel-moeda se torna ainda mais evidente ao se destacar a importância que a corrente metalista dava à estabilidade cambial (Gambi, 2011) e à variação do câmbio como indicador de uma oferta monetária excessiva. Partindo dessa interpretação, não faria sentido, portanto, afirmar que um tipo de meio circulante que faz com que a moeda perca seu valor pudesse estar sendo bem aceito, ou seja, não faria sentido afirmar que o papel-

moeda pudesse ser considerado pelos agentes econômicos uma ferramenta satisfatória para a realização das transações comerciais.

Com isso, o uso generalizado do papel-moeda, que pode ser inegavelmente observado durante a primeira metade do século XIX, poderia, assim, ser explicado por outros fatores que não a aceitação do mesmo pelos agentes econômicos. Por exemplo, a falta de um meio circulante alternativo, devido, principalmente, à escassez de um meio circulante metálico (Muller, 2003), ou a própria imposição do Estado, visto que as despesas públicas, as remunerações dos funcionários públicos e, talvez mais importante, a arrecadação de impostos eram realizadas utilizando papel-moeda (Armitage, 1837), podem ser alguns dos fatores que expliquem o uso do papel-moeda mesmo ele não sendo bem aceito.

III.2 – Valorização e fuga dos metais preciosos

Outro fenômeno que vale destacar é a forte valorização dos metais preciosos (ouro e prata) ocorrida após a introdução do papel-moeda.

Para ilustrar esse fato basta indicar que, ao passo que em novembro de 1827 as notas do 1º Banco do Brasil já tinham perdido cerca de 45% de seu valor frente à prata, em abril de 1829 as mesmas notas haviam perdido 110% de seu valor frente à mesma quantidade de prata (Franco, 1984 [1848]). De fato, o fenômeno do ágio dos metais preciosos, que passou a ocorrer com maior intensidade principalmente após 1821, foi significativo, como pode ser observado na tabela 6 a seguir.

Tabela 6: Ágio (%) máximo e mínimo dos metais preciosos (1821 – 1835)

Ano	Ouro				Prata	
	Peça de 6\$400		Peça de 4\$000		Máx.	Mín.
	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.		
1821	32	24	12	6,5	-	-
1822	36	28	18	12	6	4,5
1823	36	27	17	11	6	3,5
1824	38	30	18,5	15	8	5
1825	40	30	20	10	6,5	5
1826	51	30	36	11	14	5
1827	100	54	73	34	46	13
1828	125	100	97	75	60	48
1829	186	131	150	101	110	67
1830	195	165	166	135	120	97
1831	156	165	195	100	138	75
1832	158	80	112	55	80	25
1833	100	86	75	51	50	32
1834	202	193	162,5	155	42,5	38
1835	195	187	162,5	155	56	41

Fonte: CAVALCANTI, 1893, pág. 320

Como se pode observar, tanto as moedas de ouro quanto as de prata experimentaram períodos em que seus valores correntes se encontravam bem acima de seus valores de face. Isso ocorreu, em grande parte, devido à escassez de reservas metálicas, especialmente após a volta de D. João VI a Portugal, em 1821, junto de boa parte da Corte, levando consigo parte considerável das reservas de metais preciosos do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil (Oliveira, 1842). A diminuição das reservas metálicas que serviam de lastro para o papel-moeda fez com que o mesmo se desvalorizasse. Além disso, como as moedas metálicas eram as únicas aceitas para a realização de comércio internacional, a circulação desse tipo de meio circulante no mercado interno brasileiro se reduziu após a queda das reservas de metais preciosos, configurando uma verdadeira “fuga do ouro” para fora do país (Muller, 2003).

A queda nas reservas de metais preciosos somada à redução da circulação de moeda metálica no mercado interno fez com que as moedas de ouro e de prata se tornassem ainda mais escassas, fazendo com que seus valores correntes aumentassem significativamente, passando a valer mais do que o papel-moeda. Isso por sua vez fez com que elas fossem ainda mais úteis no comércio internacional, o que incentivava a saída das mesmas do Brasil com ainda mais velocidade.

Esse fenômeno pode ser considerado análogo a uma situação em que uma moeda “má”, no caso o papel-moeda, expulsaria uma moeda “boa”, no caso as moedas de ouro e

prata, de um sistema monetário. Isso reforça a ideia postulada formalmente pela “lei de Gresham”, proposta pelo economista H. D. Macleod (Kindleberger, 1984), que estabelecia que, num sistema monetário que possuísse mais de um tipo de moeda, caso uma delas possuísse um valor nominal menor do que seu valor intrínseco ao mesmo tempo em que a outra apresentasse um valor nominal maior do que seu valor intrínseco, ou seja, caso uma delas estivesse subvalorizada (moeda boa) enquanto a outra estivesse sobrevalorizada (moeda má), os agentes econômicos preferiram utilizar a moeda sobrevalorizada para a realização das transações do dia-a-dia, ao passo que a moeda subvalorizada tenderia a ser entesourada ou, no caso das moedas metálicas, vendida no mercado de acordo com seu peso (Lima, 2013). Como o papel-moeda possuía valor intrínseco virtualmente nulo, especialmente a partir de 1821 após a suspensão da conversibilidade, ele seria o exemplo ideal de “moeda má”. Por outro lado, como as moedas metálicas a base de ouro e prata estavam experimentando ágio relevante, como já apresentado anteriormente, elas serviriam, nesse contexto, como um exemplo de “moeda boa”.

Portanto, pode-se admitir que o fenômeno explicado pela “lei de Gresham” se aproxima dos pressupostos defendidos pelos metalistas, na medida em que, sob a ótica metalista, o papel-moeda estava sobrevalorizado por não possuir um lastro restrito ao ouro, ou seja, o seu valor intrínseco, que estava vinculado às reservas de metais preciosos, não era condizente com o seu valor de face, devido a sua emissão em excesso e à redução das reservas metálicas. Com base nisso, pode-se interpretar que os agentes econômicos viam mais utilidade nas moedas de ouro e prata e por isso às buscavam e entesouravam, retirando-as de circulação, ao passo que o papel-moeda acabava, por eliminação, sendo a moeda disponível para o uso em transações no mercado interno. Tudo isso permite inferir que houve, ao longo do século XIX, por parte dos agentes econômicos brasileiros, uma preferência significativa pela moeda metálica em relação ao papel-moeda, de modo que não seria possível afirmar, portanto, que o papel-moeda teria sido bem aceito por eles.

III.3 – Mobilização política objetivando o retorno do padrão-ouro

Após a liquidação do 1º Banco do Brasil em 1829 iniciaram-se discussões no meio político brasileiro a respeito de uma reforma monetária que solucionasse os desequilíbrios experimentados pela economia brasileira causados pela emissão de papel-moeda em excesso. Frequentemente tal reforma era atrelada à criação de uma nova instituição bancária oficial, que teria como objetivo enxugar a liquidez excessiva e, conseqüentemente, restaurar o valor da moeda brasileira (Gambi, 2010).

Essas discussões culminaram na proposta de reforma monetária de 1833 (Franco, 1984), já apresentada no capítulo II deste trabalho, que, dentre outras medidas, propunha a criação de um novo Banco do Brasil, que teria como principal função o gerenciamento da política monetária visando à estabilidade cambial e preservação da paridade com o ouro. Apesar dessa instituição não ter sido efetivamente criada naquele momento, devido à memória ainda recente do fracasso do 1º Banco do Brasil, é possível afirmar que já havia a intenção de direcionar a política monetária do Brasil para uma direção mais alinhada aos interesses dos metalistas (Gambi, 2010). De fato, é certo dizer que a corrente metalista foi protagonista nas discussões a respeito da reformulação do sistema monetário brasileiro que ocorreram nas décadas de 1830 e 1840.

Esse fato fica ainda mais evidente quando, em 1846, uma nova reforma monetária foi realizada com o objetivo de enquadrar o Brasil no padrão-ouro. Sob esse sistema, com forte influência metalista, a taxa de câmbio oscilava ao redor de uma “meta” que serviria de indicação para a política monetária do governo. Nesse sistema, uma desvalorização cambial sinalizava um excesso de meio circulante em relação às reservas em ouro, de modo que seria responsabilidade do Estado intervir para retirar moeda de circulação e preservar a paridade com o metal. Nesse esquema a existência de uma instituição bancária oficial atrelada ao Estado e que possuísse o monopólio da emissão de moeda era de extrema importância. Por isso, é possível afirmar que a criação do 2º Banco do Brasil na virada para a segunda metade do século, em 1853, foi em grande parte motivada por essa discussão (Gambi, 2010).

Por tudo isso, fica evidente que a corrente de pensamento metalista possuía grande poder dentro do cenário político brasileiro nas décadas de 1830 e 1840 e que essa grande influência era fruto, principalmente, do fracasso da experiência do 1º Banco do Brasil e dos desequilíbrios observados causados pela emissão de papel-moeda de lastro “flexível”. Com isso é seguro afirmar que o grupo que lutava para o retorno a um lastro monetário restrito ao ouro, e que possuía influência tamanha a ponto de conseguir direcionar as políticas relacionadas às reformas monetárias para esse objetivo, conquistou essa proeminência política devido a uma insatisfação geral com o modelo anterior, baseado num meio circulante como o papel-moeda. Isso permite inferir, portanto, que o papel-moeda como meio circulante geral não teria sido bem aceito pelos agentes econômicos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto ao longo desse trabalho, fica evidente que a questão em torno da aceitação do papel-moeda é fonte de muita controvérsia. A depender de quais fenômenos estão sendo analisados e, mais importante, quais as correntes de pensamento e princípios que estão sendo utilizados para a realização dessa análise, é possível chegar a resultados conflitantes.

Caso sejam analisados, com base nos princípios da corrente papalista, os fenômenos da expansão da oferta monetária, o aumento da importância relativa do papel-moeda frente às moedas metálicas e a manutenção do uso do papel-moeda mesmo após seu lastro deixar de existir, é possível chegar à conclusão de que o papel-moeda com lastro “flexível” teria sido bem aceito pelos agentes econômicos, ou seja, seria permitido dizer que eles buscavam ativamente o uso desse tipo de meio circulante, devido a sua capacidade de solucionar certos problemas (como, por exemplo, o descasamento entre a alta demanda e a baixa oferta de moeda).

Por outro lado, ao utilizar o arcabouço teórico dos metalistas para analisar a perda de valor da moeda brasileira, consequência de seu poder de compra e desvalorização cambial, a valorização e consequente fuga do ouro para fora do Brasil, em situação análoga a postulada pela lei de Gresham, e a movimentação de parte da elite econômica para um retorno a um padrão-ouro mais restrito, fruto da memória do fracasso da experiência do 1º Banco do Brasil, é possível concluir que o papel-moeda de lastro “flexível” não teria sido bem aceito pelos agentes econômicos, de modo que o uso observado desse tipo de meio circulante poderia ser explicado por outras razões, como a falta de um meio alternativo, devido à escassez de ouro e prata, e por uma imposição do Estado.

Dessa forma, a resposta para a questão proposta nesse trabalho seria: depende.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *1864: conflito entre metalistas e pluralistas*. 1987. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

ARMITAGE, João. *História do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp, 1837.

CARDOSO, José Luis. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1809 – 1829): crônica de um fracasso anunciado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.30, nº59, p. 167–192, 2010.

CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional (1808-1835)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A controvérsia entre papelismo e metalismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil*. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Salvador, BA. Anais do XXXVI Encontro Nacional da ANPEC, 2008.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário* (1ª edição 1848). Brasília: Editora UNB, 1984.

FRANCO, Afonso Arinos de e PACHECO, Claudio. *História do Banco do Brasil*. Brasília: Banco do Brasil, 1979.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GAMBI, Thiago Fontelas R. *O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853–66)*. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. *O segundo Banco do Brasil no debate entre papelistas e metalistas*. XXXIX Encontro Nacional de Economia Política. Foz do Iguaçu, 2011.

KINDLEBERGER, Charles P. *A Financial History of Western Europe*. Londres: George Allen & Unwin, 1984.

LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. Bimetalismo, ouro, prata e Gresham: uma contribuição para o estudo da circulação de moeda-metálica no Brasil no século XVIII. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 595-616, 2013.

LISSA, Violo Idolo. *Catálogo do papel-moeda do Brasil 1771-1986*. Brasília: Editora Gráfica Brasileira Ltda., 1987.

MUELLER, Elisa. *Moedas e bancos no Rio de Janeiro no século XIX*. mimeo. 2003. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_século_xix.pdf. Acesso em: 06/11/2018.

OLIVEIRA, Cândido Baptista de. *Systema Financiam do Brasil*. São Petersburgo: Typografia Privilegiada de Fischer, 1842.

PELAEZ, Carlos e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Brasília. Editora: Editora UNB, 1981.

SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *Nas asas de Dédalo: um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo